

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

APONTAMENTOS SOBRE A MARÉ: UMA COMPREENSÃO

Maria Julieta Nunes de Souza (UFRJ)

Apontamentos Sobre a Maré: Uma Compreensão

RESUMO:

Em quadro marcado pelo fim da política de erradicação de favelas e permanência de moradores em assentamentos de baixa renda localizados em áreas próximas a disputadas dos centros urbanos de cidades de médio e grande porte do país, desenvolvem-se estratégias espaciais para lidar com estas desconfortantes proximidades. Este texto pretende explorar formas espaciais e dispositivos arquitetônicos e territoriais consolidados em nossa realidade, que tratam da incômoda realidade de bolsões de pobreza inseridos em importantes áreas da cidade. Traduzem-se em mecanismos de afastamento, invisibilização, distanciamento, confinamento e isolamento destas no que tange aos bairros vizinhos. A sistematização destes padrões apontados pela literatura com respeito a realidades de cidades fora do Estado ou do país, deu-se a partir da observação das relações do bairro da Maré - Rio de Janeiro com suas áreas de entorno, na explicitação dos aportes microfísicos que recebeu ao longo dos anos em que a região cresce e reformula seu papel e importância no contexto da cidade.

1. Apresentação:

Uma das principais conquistas da população favelada em nosso país foi a garantia de permanência em seus bairros de origem. A ampliação da democracia tornou cada vez mais difícil nas grandes cidades brasileiras, a implementação de políticas públicas de erradicação das áreas habitadas espontaneamente pela população de menor renda.

Mantê-las em seus locais de origem tem gerado exigências de reorganização espacial das áreas de entorno dos bairros onde se inserem. Resultam de intervenções quase imperceptíveis promovidas ao longo do tempo por organismos de diversos setores e esferas do Estado, escapando por vezes à nossa percepção global. Tais intervenções se afirmam pelo rearranjo de formatos espaciais ou colocação de arquiteturas e dispositivos formais, que resultam na adaptação destes lugares às novas dinâmicas imprimidas às áreas de entorno e à própria 'cidade', que deve crescer atendendo às renovação de demandas de circulação e usos *apesar* da existência destas. O interesse maior deste trabalho, resultado parcial de pesquisa a esse respeito, é o de explicitar padrões aplicados ao longo dos anos nas cercanias de áreas faveladas, naquilo que respondem a estratégias para lidar com os impactos nas áreas vizinhas, na região e na própria 'cidade'.

Vigilância e controle estiveram desde sempre, associados ao urbanismo. As bases de sustentação da industrialização capitalista do país, sob o pressuposto de grande acumulação da riqueza em reduzidíssimas mãos, determinaram essa necessidade. Garantir boa qualidade aos espaços das elites, de um lado, afastar, conter e vigiar os pobres, de outro, tem sido a equação adotada para solucionar esta contradição.

Afastamento, invisibilização, confinamento, encerramento são recursos fartamente aplicados a estes fins, que dentre outros objetivos e justificativas, pretendem conter, controlar, isolar estas áreas e sua população do restante da cidade, tornando sua experiência sensorial a de uma realidade remota e separada da dinâmica da cidade. São muros, grades, afastamentos, descolamento de nível, arranjos espaciais internos e outros dispositivos que mesmo negados como tal, servem entre outros objetivos, a estes fins.

Foucault nomeou pela primeira vez a 'biopolítica', a ação microfísica combinada à política de dominação de nível mais abrangente e global. Autores como Lefebvre, Guattari/Deleuze e outros centraram seus trabalhos na idéia de que espaço é atravessado por subjetividades que acrescentam a sentimentos defensivos primitivos, de proteção e abrigo, elementos vinculados a uma alteridade, no nosso caso construída sobre a base de elevado grau de injustiça social e preconceito. Espaço e poder ou espaço e dominação são assuntos centrais nas obras destes autores.

O presente trabalho pretende se alinhar a essas vertentes, contribuindo naquilo que se refere à análise urbana formal, na compreensão dos aspectos subjetivos da organização espacial, da implantação de vias, de sinalizações formais ou territoriais que promovem ou reforçam preconceito, constrangimento, hostilidade, afastamento e indiferença, ainda que nos limites e ambigüidades que regem nossa realidade social.

Embora o enfoque maior se localize no poder público, tal formulação não tem como objeto um ator social específico, mas sim padrões amadurecidos na aplicação ao longo do tempo, por setores do Estado na gestão da cidade, pela Academia que os legitima como saber científico (urbanismo), tornam-se ‘senso comum’ no âmbito dos meios de comunicação como na esfera da política formal, entre outros. Trata-se, mais precisamente, de uma *subjetividade* construída, que atravessa várias esferas da vida social e assume formatos discursivos (geografia, arquitetura, urbanismo, comunicação etc) e formais (dispositivos e tecnologias) variados, tornando obrigatório o trabalho de desalienação.

O objeto de nossa observação é o bairro da Maré, localizado no Rio de Janeiro, onde está sendo conduzida pesquisa com o enfoque esboçado. O texto a seguir consiste em conclusões parciais colhidas a partir das primeiras observações a esta realidade.

2. Quadro conceitual:

As sutilezas do controle e vigilância foram expostas pela primeira vez por Foucault (1986), a partir da explicitação do *panóptico* proposto como arquitetura por Bentham, abrindo a perspectiva da compreensão de sofisticados mecanismos de poder e controle dos corpos, ocultos nas formas arquitetônicas, urbanísticas e da gestão dos espaços. A partir do quadro teórico conceitual desenhado por este autor e clássicos como Henri Lefebvre, diversos autores têm tentado desenvolver ferramentas no sentido de sua aplicação aos estudos analíticos da arquitetura e urbanismo.

Destaca-se, em primeiro lugar, a marcante obra de Jane Jacobs (2000), onde explicita a relação entre dispositivos arquitetônicos e urbanísticos *vis-a-vis* a aspectos como vigilância, segurança e sociabilidade. Sua crítica mostra como espaços públicos concebidos pelo pensamento modernista, que prometiam libertação, sociabilidade e conforto resultaram, inúmeras vezes, no inverso, em locais de constrangimento, medo e afugentamento das pessoas da vida pública. Seu livro elenca dispositivos arquitetônicos e de organização espacial presentes na nossa cidade, com forte influência sobre a sociabilidade X segurança pública. Carlos Nelson dos Santos (1985) fornece um exemplo ilustrativo de aplicação das idéias de Jacobs à realidade de bairros pobres no Rio de Janeiro.

Nesse mesmo sentido destaca-se o trabalho de Mike Davis (1992) sobre a realidade de Los Angeles que, acompanhando Bill Hillier (1989), pioneiro na inclusão do enfoque social no repertório das ferramentas analíticas do desenho urbano nos EUA. Nesse enfoque são privilegiadas as relações corpo-espço, em busca da qualidade dos espaços de condicionar comportamentos de grandes conseqüências sociais como a inibição e o medo. Nessa vertente, a pesquisa se volta para as demarcações e formatações que amparam e/ou constroem os indivíduos na sua relação com o espaço.

Acrescente-se à obra de Davis, as contribuições de Nan Ellin (1997), Sorkin (1992), Flusty (1997), que dentre outros se dedicam a refletir sobre os significados de certas estruturas físico-urbanísticas presentes em cidades americanas, também percebidas nas brasileiras.

Nan Ellin observa três tendências contemporâneas que implicam determinados comportamentos e formas de organização espacial, como reação ao medo característico de nossa atualidade: a *retribalização*, o *escapismo* e a *nostalgia*. Estas geram formatos espaciais de proteção a si mesmos e aos outros que obedece a repertório que o autor aponta na obra, que se traduzem espacialmente em dispositivos de ‘encerramento’ ou ‘enclausuramentos’, como batiza Caldeira (2000) e afastamento do estranho não tolerado¹.

Outra vertente provém de ferramentas consolidadas em estudos que visam o oposto, ou seja, a segurança residencial no âmbito da formulação do chamado *urbanismo defensivo*, a partir da avaliação do desempenho de dispositivos espaciais no sentido do controle de áreas residenciais contra a delinqüência e violência. A literatura latino-americana vem se destacando nesse tipo de abordagem, como se vê em pesquisadores da Universidade do Chile, (ver bibliografia) despertando grande interesse, também, para instituições que lidam com a segurança pública, por propor formas de redução da necessidade de controle policial através da adoção de dispositivos espaciais “*panopticos*”.

Grande contribuição para estas idéias é o trabalho de Steve Flusty (1997). O autor identificou cinco tipos de formas, formatos e dispositivos percebidos a partir da observação da cidade de Los Angeles, que servem como dispositivos da *biopolítica*, agindo como anteparos na contenção de pessoas, constrangimentos ao livre acesso, afastamento e invisibilização de indesejados.² Tais dispositivos agem, resumidamente, como obstáculos ao livre acesso: muros, paredes, diferenças de nível, estacionamentos, recuos excessivos, guaritas, cancelas, grades e outros anteparos dificultadores da livre circulação de pessoas, obrigando a paralisação, deslocamento e outros desestímulos ao acesso.

Peter Marcuse (1997) enfoca os muros como fronteiras, artefatos ou sinais que atuam como divisor de dois campos: o de dentro e o de fora. Aplicado ao pensamento do espaço físico, a sinalização de limites entre estes dois campos se constitui como dimensão necessária da experiência humana, variando em grau de afastamento e forma conforme as relações entre os dois lados. Marcuse se questiona sobre aquilo que ‘separa’, às razões que levam pessoas, comunidades, segmentos sociais a desenvolverem formas de demarcações fisicamente tangíveis e visíveis na cidade. Entender o cercamento – muro, cercas de várias espécies etc - como divisa entre ‘campos’ em relação, é um caminho promissor para compreender a forma na qual se travestem.

3. Seis modos de lidar com os espaços da pobreza:

Lá não tem verdes-azuis, / não tem frescura, nem atrevimento / Lá, não figura no mapa / No avesso da montanha é labirinto / É contra-senha é cara a tapa... (Subúrbio. Chico Buarque de Holanda)³

A história dos modos de lidar com as áreas e populações faveladas da cidade do Rio de Janeiro ao longo do tempo, pelas políticas públicas voltadas à sua solução podem ser resumidas a seis momentos⁴. O primeiro definir-se-ia pela espontaneidade da ocupação de certas áreas da cidade sem interesse para as elites, por população sem condições de acesso à moradia pelas vias formais previstas. Assim, surgem na cidade formações denominadas ‘favelas’.

Num segundo momento, esta presença é percebida como ‘incômodo’ sendo incorporada ao discurso higienista em construção à época, que embasa o urbanismo nascente. Os primeiros projetos urbanos, como há muito revelado, tinham entre outros sentidos, a finalidade de varrer do mapa de localizações centrais, os ‘estorvos’ que nos remetiam às nossas dificuldades. Como fartamente repetido, a intervenção de Pereira Passos, o desmonte dos morros do Castelo e do Senado representam claras ilustrações desta ‘estratégia’, que deu início ao desenho centro-limpo x periferia-pobre, uma das linhas de força que agem sobre a matriz de organização territorial da cidade.

O terceiro momento inaugurou um modo novo de lidar com a habitação da pobreza: prover a habitação, sempre em número aquém das necessidades, construindo Casa Popular, Pavilhões, Conjuntos Habitacionais, seja pela Igreja, Sindicatos e Associações de Funcionários ou Estado, quase sempre associados à transferência de pessoas de áreas valorizadas para certas localizações mais afastadas.

Sucedeu este um quarto momento em que a remoção foi claramente defendida e assumida como bandeira, conquistando a simpatia das elites e setores de camadas médias da população. Com Lacerda inaugurou-se este ‘modo do lidar’ com o assentamento da população empobrecida da cidade, num claro discurso que ‘vendia’ a preferência da qualidade da vida privada – a casa e a propriedade – sobre a localização na cidade. Os Conjuntos da Vila Kennedy e Vila Esperança consistiram em paradigmas de arquitetura para um discurso que permanece ao longo dos anos. A ditadura segue este procedimento de limpeza das áreas de elite da população mais pobre, por meio da aquisição de moradia em Conjuntos Habitacionais construídos com recursos do BNH/SFH, para onde se transferia a população.

O quinto ‘modo de lidar’ surgiu com a democratização e a conseqüente impossibilidade de continuar tratando corpos como objetos que se pode transferir facilmente de localização. O paradigma deste modo de lidar foi o Projeto Rio situado na Maré, nossa área de observação, que pretendeu ser a tentativa de reviravolta nas políticas até então praticadas pela ditadura, um ‘ tiro de misericórdia ’ na intenção de retomar a simpatia das camadas menos favorecidas pelo desgastado governo militar. Consistiu na produção de moradias sobre aterramento de área de antigo manguezal, ocupado por palafitas, sendo que os antigos moradores foram reassentados no próprio local, em bairro batizado por Vila do João, realização de João de Figueiredo. E assim teve início a política de ‘urbanização de favelas’, logo depois reafirmada com a consolidação da democracia no país, sendo que somente após a promulgação da Constituição de 1988 assumiu uma versão programática mais consistente, com a implantação do modelo Programa Favela-Bairro e os Programas Habitacionais conduzidos pelo governo Luiza Erundina em São Paulo.

No caso focado, o Rio de Janeiro, mesmo com todas as críticas que possam ser levantadas, os Programas Favela-Bairro, no mínimo, forçaram o reconhecimento destas áreas como partes integrantes da cidade, como mostra a cartografia oficial a partir de então. A Constituição Federal de 88 (com os acréscimos do Estatuto da Cidade), mesmo que timidamente no contexto de uma correlação de forças bastante desfavorável na Assembléia Constituinte, instaura como preocupação a regularização fundiária, prevendo em um de seus dois únicos artigos voltados à questão urbana, o instituto do usucapião urbano. Durante as décadas seguintes, surgem novos dispositivos a partir de necessidades que emergem de programas de regularização fundiária.

Outro ineditismo deste programa foi o enfoque sobre o espaço público, que assume agora importância principal para prover a ‘melhoria da qualidade de vida’ outra palavra-de-ordem que se evidencia durante os anos 80 e situa os espaços da vida cotidiana em igualdade

de importância com as condições antes vinculadas exclusivamente à esfera do trabalho. Como demonstram vários autores (Pablo), de um modo geral, a ação do Favela-Bairro trouxe benefícios para as populações destas áreas, melhoraram consideravelmente a situação do ponto de vista sanitário e ambiental e na qualidade do espaço público.

Como acentuam autores diversos, essas intervenções resultaram, de fato, numa melhoria real das condições físico-urbanísticas das áreas carentes das grandes cidades do país, mesmo que enquanto estas estavam sendo implementadas outras tantas, em grande velocidade, continuavam a ser ‘espontaneamente’ introduzidas à cidade, já que as razões de seu surgimento - a carência de recursos para consumir moradia ‘urbanizada’ oferecida pelo mercado e a ausência de políticas públicas específicas para prover a moradia do setor ‘informal’ - permaneceram inalteradas ou mesmo agravadas em período posterior.

Vivemos, então, uma dupla tendência, que pode ser assim expressa: de um lado, melhoria nos tradicionais ‘bolsões de pobreza’ localizados em áreas mais próximas às áreas centrais da cidade, enquanto de outro lado, novos ‘bolsões de pobreza’ surgem cotidianamente em áreas distantes da visibilidade da ‘população de opinião’. Em outras palavras: a política recuperadora de áreas faveladas mais próximas e esquecimento daquelas mais distantes, reforça as antigas tendências de preparar o centro-elite e lançar o problema para ‘longe dos olhos’ da população de opinião. Os projetos urbanos e intervenções diversas em áreas carentes encerram o dilema da ‘seleção natural’, muito cômoda para esta fórmula: o lugar melhora e quem pode fica, quem não pode se distancia, procurando abrigo em periferias cada vez mais distantes.

Já se delineia no horizonte um novo momento na seqüência acima. É a hora em que a favela deve resvalar para o asfalto, misturando-se como bairro da cidade. Isso pressupõe um trabalho de reconhecimento das diferenças locais, da instituição de normas reguladoras e da provisão de infraestruturas e equipamentos reduzindo as diferenças com o ‘lado de fora’. Os sinais deste novo momento podem ser reconhecidos nas perturbações que as ações normatizadoras das favelas têm provocado entre técnicos da Prefeitura e membros da Academia. Que leis serão estas, que ameaçam colocar em questão a pertinência dos dispositivos das leis oficiais, pois poderão provar que é possível subsistir – e em alguns casos até mesmo vantajosamente – fora dos parâmetros tradicionais recomendados? Será que o debate em torno aos novos parâmetros provocarão desestabilizações, a ponto de roubar a legitimidade e o poder das atuais normas?

Sinalizações deste se manifestam também no campo da cultura, com o tom da radicalidade do momento: intelectuais nascidos e criados em ‘bolsões de pobreza’ reivindicam

para si a exclusividade da palavra sobre sua realidade, negando publicamente qualquer entendimento de outra natureza senão por parte de ‘genuínos favelados’⁵. Outro exemplo ilustrativo se origina na Maré, nossa área de observação, onde foi realizado um Censo Demográfico alternativo, inteiramente conduzido pelo CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, como resposta às suspeitas de deformação dos dados levantados pelo IBGE, por ocasião do Censo 2000. O CEASM se apresenta como uma ONG fundada por “um grupo de moradores que cresceram e/ou moraram em alguma das comunidades da Maré” tendo “como característica particular de seus fundadores (...) o fato de, em sua totalidade, terem atingido a universidade e possuírem uma longa história de envolvimento com movimentos coletivos locais.” (CEASM:2003:8). A frase fala por si só da potência do novo discurso.

Em que pese a necessária associação da favela com o crime, caberá num horizonte próximo operar a abertura da favela ao bairro, o que implicará desfazer preconceitos, desatar os nós e redefinir papéis enquanto parte integrante da cidade. Abrir a ‘favela’ é o desafio: como, quando, em que horizonte temporal e frente a quais demandas espaciais é o que terá que responder.

Parece dispensável mencionar que, ao mesmo tempo em que os movimentos de mescla da favela com a cidade se ampliam, as duas realidades de parte a parte reagem, ambas com ambigüidades. A ‘população do asfalto’, acuada e forçada a conviver com proximidades consideradas incômodas, constrói subjetividades baseadas em medo e preconceito, possantes o suficiente para justificar intervenções coercitivas violentas, ainda que de modo abstrato manifeste alguma solidariedade com a saga de seus moradores. A população da favela, se por um lado adere ao senso comum das camadas médias reagindo com baixa auto-estima em forma de desapego à moradia e ao lugar, de outro, magoada com a indiferença e responsabilização por tudo que há de mal na cidade, desde o dilemático problema de periculosidade e segurança até a degradação ambiental que causa, devolve estes sentimentos de desafeto com desprezo e violência. Há também os mais conscientes, que não só reconhecem como seu produto algo de criativo como celebram-no em forma de cultura e arte. E outros mais dedicam-se a revelar, desnudando o preconceito e desconstruindo o discurso que ampara todo tipo de intervenção violenta, que acaba punindo os já sacrificados moradores.

4. Um pouco sobre a Maré:

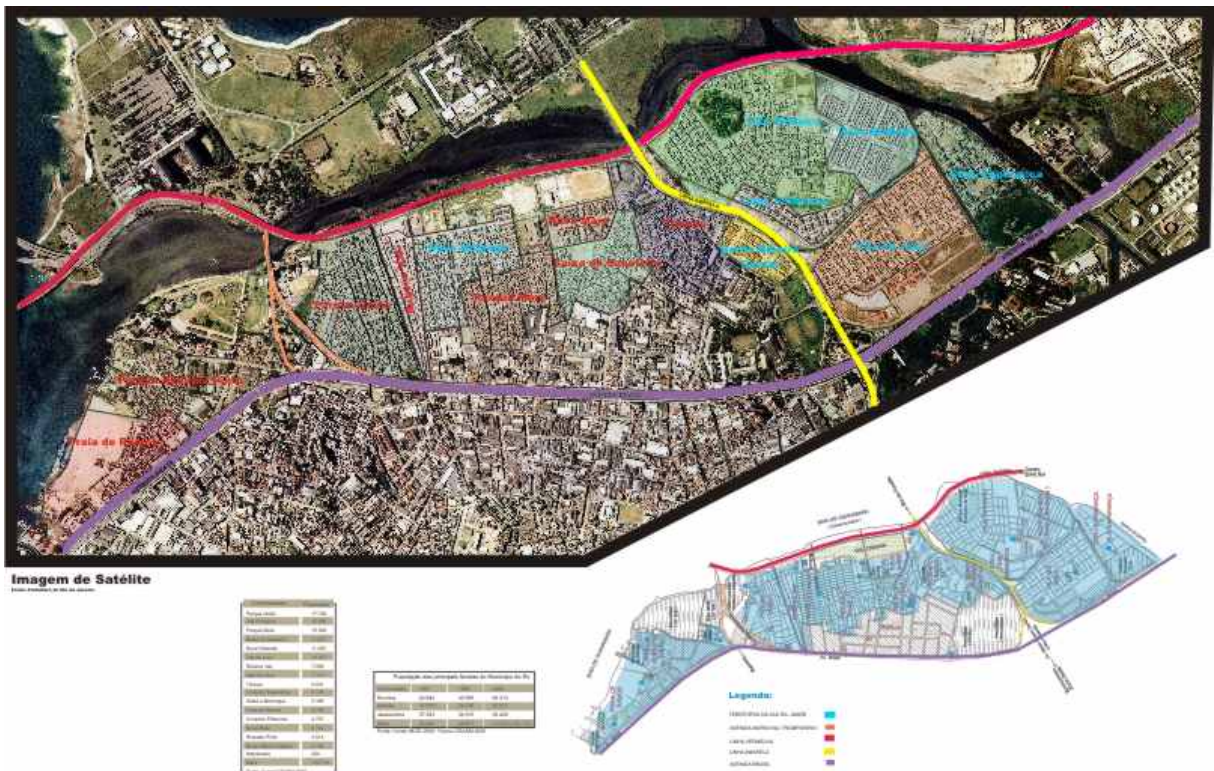
Casas sem cor / ruas de pó, cidade / Que não se pinta / que é sem vaidade ...

Sobre a história do assentamento denominado ‘Maré’ há já algum conhecimento acumulado⁶. Reunindo uma população de 132.176 pessoas no ano 2000, a Maré é considerada a maior área favelada do Rio de Janeiro, superando o Complexo do Alemão (65.637) e a Rocinha (56.313), sendo composta por 16 localidades, tão diversas entre si como quaisquer outras que conformam tradicionais bairros da cidade, como Copacabana ou Tijuca, de modo que representá-las como um tecido homogêneo e uniforme pode significar um grande reducionismo. Basta mencionar que destas 16 localidades, 9 resultam de programas habitacionais implantados nos diversos momentos referidos no item anterior⁷ (ver mapa 1), abrigando tipologias arquitetônicas variadas conforme o gosto dos momentos de suas implantações.

O mapa anexo 1 permite conhecer a composição atual deste território. O núcleo original da Maré era formado por seis comunidades (Morro do Timbau, Parque União, Baixa do Sapateira, Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré), sendo a mais antiga localidade o Timbau (1940), uma pequena elevação no meio de uma grande planície, que à época formava um grande manguezal. Pouco a pouco a ocupação foi descendo o morro, formando as localidades de Baixa do Sapateiro (1947) e Parque Maré (1953). O Timbau, o Parque União e o Rubens Vaz são as mais consolidadas localidades da Maré.

A ocupação do Parque União e Major Rubens Vaz obedeceu à outra lógica; resultou do impacto de implantação da Avenida Brasil, inaugurada em 1946. O mapa 1 permite observar que este é o único ponto de contato da área da favela com a rede viária principal da região, onde ela toca (e é tocada) pelo fluxo da “cidade”, tangenciada pela avenida Brasil, um de seus limites. Os demais limites são o viaduto Marechal Trompowski, bifurcação da Avenida Brasil em direção às ilhas do Fundão e do Governador; a Linha Vermelha e o Canal do Cunha. O bairro é atravessado pela Linha Amarela, que o divide em duas parcelas claramente distintas, diferenciação acentuada pelo fato de uma destas fatias ter resultado do já mencionado Projeto Rio. (pág 6)

MAPA 1 :



Pelo mapa percebe-se que a partir do ponto inicial do Timbau, a ocupação expandiu-se ao longo do miolo, seguindo a lógica de ocupar os espaços vazios dos fundos de lotes de edificações fabris e institucionais ao longo da Avenida Brasil, importante via que na época da ocupação estruturava um parque industrial possante, com razoável oferta de trabalho. O adensamento se deu nos fundos de lotes de indústrias, que juntamente com instalações militares e a presença de outras instituições como o Instituto Oswaldo Cruz ‘protegiam’ ao mesmo tempo que evitavam o acesso direto da favela à Avenida Brasil. Assim, como se vê no mapa, a alternativa possível foi o assentamento ‘virar-se’ em direção ao litoral, no sentido Ilha do Fundão, para onde espreadu-se ocupando a faixa litorânea imediata com inúmeras palafitas retiradas nos anos 70 e 80.

Vale lembrar que a Ilha do Fundão surgiu na década de 30 para abrigar a futura Cidade Universitária, originada do aterramento de 9 ilhotas ocupadas por população de pescadores e onde funcionavam pequenos estaleiros, desalojados para ceder lugar ao aterro. O aterramento provocou uma grande alteração ambiental pouco percebida naquele momento, em que obras do gênero eram muito freqüentes e bem tidas, na cidade. O impacto do desaparecimento dos caminhos entre-ilhas repercutiu, entre outros aspectos, no regime de

circulação das águas, criando um paredão em lugar da permeabilidade que antes existia, provocando sérias conseqüências para a poluição do Canal do Cunha. A ocupação das margens deste canal por palafitas decerto agravou a situação ambiental, mas não foi o único responsável pela atual situação de degradação, atribuída unicamente à ocupação ‘predatória’ da Maré. (ver mapa 1, figura menor)

Na altura dos anos 90, no âmbito da Conferência Rio-92, outra decisão governamental foi de grande importância para o local: a implantação da Linha Vermelha, concebida como via expressa e de apoio à dinâmica de circulação de mais alto grau, da cidade. É o corredor viário com o papel de conduzir fluxo do Aeroporto do Galeão ao Centro, formado dentre outros segmentos, ao turismo e aos negócios. Procurando manter o fluxo ininterrupto, foi implantada de modo a garantir a menor interferência possível da cidade real, esta via em toda sua extensão, teve a implantação descolada do tecido existente por diferença de nível, principalmente nas cercanias de favelas.

Para permitir esta implantação foi efetuado novo aterro, desta vez na margem litorânea frontal à Ilha do Fundão, permitindo um confortável afastamento das edificações lindeiras. Embora a Linha Vermelha atravessasse grande trecho da Maré (ver mapa 1), a partir desta via não é possível acessar diretamente nenhuma das localidades que conformam o bairro. A relação entre ambas resume-se, reciprocamente, a aparência de uma paisagem remota.

O último fato urbano ocorrido de importância para o bairro foi a implantação da Linha Amarela, aproveitando a antiga ponte que fazia a ligação do Fundão ao continente. Enquanto a Linha Vermelha conduz ao Centro da Cidade, desenhando um trajeto que atravessa no máximo bairros de periferia imediata ao centro (como São Cristóvão), a Linha Amarela tem como fim a Barra da Tijuca e se derrama por vários bairros suburbanos da cidade. Nada mais coerente que, dentre os três corredores viários que ‘servem’ à comunidade, justamente este ofereça acesso a localidades da Maré. Assim, de leito pré-existente à implantação desta via, a Linha Amarela não se destaca das áreas lindeiras por diferença de nível, necessitando da colocação de grades para conter a população, que nem por isso deixa de circular ao longo da via e até atravessá-la. Há entre grades, alguns pontos de contato que permitem acesso, como também duas passarelas que conectam as localidades situadas nas margens opostas. Assim, mesmo à contra-gosto das autoridades do setor viário, a Linha Amarela é muito movimentada no segmento em que atravessa a Maré, movimento bem diferente do que se vê na Linha Vermelha.

5. Maré: diferenciação e complexidade

Lá não tem claro-escuro / A luz é dura / A chapa é quente / Que futuro tem / Aquela gente toda...

Antes de 1980 a Maré não figurava nos mapas da cidade. A partir de então, quando a democracia se impôs mais plenamente e o número de moradores tornou-se expressivo, transformou-se no “Complexo da Maré”, denominação pejorativa e detestada pelos moradores. Em fins dos anos 80, a Maré tornou-se a XXX Região Administrativa do Município, fato significativo para o reconhecimento deste território como componente da estrutura administrativa da cidade e afirmá-lo como parte integrante da cidade. Esta nova XXX RA acrescentou as localidades de Marcílio Dias, Roquete Pinto e Praia de Ramos, criadas na mesma época do núcleo original da Maré, situadas do lado oposto da Marechal Trompowski, ao território original (ver figura 1), conferindo outros pertencimentos ao novo território.

Denominar uma localidade de “Complexo” traz consigo várias significações. Considere-se que, além das duas áreas faveladas, adota-se na cidade essa nomenclatura ainda para designar os complexos carcerários da cidade: o Complexo Nelson Hungria o Complexo Frei Caneca etc, sendo quase impossível evitar a vinculação de um ao outro. Além disso, o termo reforça a idéia de que não se trata de uma unidade territorial, mas de um lugar único, onde todos que ali se encontram guardam a nefasta semelhança de serem favelados (‘complexados’) idéia equivocada e que reforça os preconceitos latentes no nosso senso comum.

Percorrendo as ruas da Maré percebe-se claramente diferenças de diversas ordens. Como reconhece Silva (2004:21), mesmo entre as seis localidades que formam o núcleo inicial da Maré, embora fronteiriças, apresentam “características sociais, econômicas, geográficas e históricas heterogêneas.” Primeiramente é muito curioso observar que as localidades são claramente delimitadas, e suas populações conhecem com clareza os limites. Especialmente o Parque União e o Major Rubens Vaz, nitidamente separados embora vizinhos, destacam-se do restante da Maré pela boa qualidade ambiental, assim como o Timbau, o mais antigo e consolidado.

As diferenças mais marcantes ficam por conta da presença de 9 conjuntos surgidos de programas habitacionais, em épocas diferentes e reunindo população de origens diversas. A Vila do João e o Conjunto Pinheiros, por exemplo, criados nos anos 70/80, acolheram moradores do próprio lugar, transferidos das palafitas. Os conjuntos Bento Ribeiro Dantas,

Nova Maré e Salsa e Merengue, datados já da década de 90 receberam pessoas transferidas de habitações em áreas de risco da cidade. Estes não se distinguem apenas pelas arquiteturas marcantes, mas também pela história da ocupação, as origens e mediações de acesso, de um lado definidas por decisões vinculadas a órgãos governamentais responsáveis, e por outro o ingresso através de contato com parentes e amigos antigos moradores da região, como se deu em quase cem por cento dos casos relatados por moradores. A esmagadora maioria da população que ocupou espontaneamente a Maré origina-se do Nordeste brasileiro⁸.

A Maré ocupou a 11ª posição no IQV da cidade, segundo trabalho da Prefeitura realizado sobre dados do Censo de 2000. Segundo relato de Silva (2004:19) “ no plano das instituições formais, a Maré não conta com centros culturais, cinemas, teatros ou qualquer tipo de espaço permanente para manifestação e produções culturais.”

Outra diferenciação ocorre com relação à titularidade da terra. Os moradores de residências originadas de programas habitacionais possuem título de propriedade, assim como moradores de áreas mais consolidadas do Timbau, Parque União, Parque Major Rubens Vaz que conquistaram seus títulos, enquanto moradores mais recentes destas mesmas localidades ainda não possuem qualquer documento de posse, embora isto parece não significar para eles o principal problema.

A própria existência de 16 áreas com nomes diferenciados e as relações de pertencimento que os moradores destas demonstram, já denota que o grau de complexidade e autonomia é grande. Estas estruturam-se em torno a Associações de Moradores próprias com lideranças próprias e guardando razoável autonomia entre si. Estas Associações de Moradores convergem para o Centro de Estudos de Ações Solidárias da Maré – CEASM, que tenta unificar as lutas, apontando caminhos comuns para as diversas realidades.

O Parque União é separado do Parque Major Rubens Vaz por um canal. Além da Avenida Brasil, há apenas um ponto de contato entre ambas, que é a “Ponte da Amizade”, que como o nome insinua pode ter sido motivo de desavença em momento anterior. Para quem frequenta o bairro, fica claro o pertencimento dos moradores a uma ou outra localidade respectivamente. ‘Administradas’ por lideranças bastante combativas e comprometidas com o lugar, é impossível pertencer a ambas simultaneamente ou derrubar a fronteira amigável entre elas. As ‘bandeiras de luta’ de cada comunidade são muito específicas e não servem para as demais. No Parque União, por exemplo, são três os principais problemas: (1) o canal que na prática serve de esgoto a céu aberto e é voltado para esta localidade, sendo fundo-de-lote para o Parque Major Rubens Vaz, (2) a regularização fundiária da área de ocupação recente, antes ocupada por uma fábrica falida, sendo que os moradores descobriram que parte da

propriedade tinha sido hipotecada (ou alienada) como forma de pagamento no âmbito da negociação de falência; (3) a reivindicação de implantação de um Posto de Saúde para servir ao Parque União, sendo este o mais claro exemplo de como estas localidades guardam fortes diferenciações internas. O Parque Major Rubens Vaz possui um Posto de Saúde, que serve prioritariamente a seus moradores. O critério de territorialização de unidades do SUS baseia-se apenas na distância territorial, desconsiderando diferenciações entre locais muito acentuadas em áreas de forte demanda como esta. Assim, com base neste argumento o Posto é sempre negado a ponto de representar, hoje, uma das maiores reivindicações do local.

Um último aspecto é necessário de menção: a proximidade com o Aeroporto Antonio Carlos Jobim e com a Cidade Universitária. A Academia não apenas significa ‘berço do saber’ e conhecimento para seus moradores, dos quais 20% foram considerados analfabetos no último Censo, como também um modelo de ocupação urbana ‘racional’ e desejado, baseado numa ordem superior regida pelo mais alto grau de conhecimento. As arquiteturas do Fundão encontram-se registradas no ideário da população da Maré, acentuando sua condição de contrário, ou ‘caos’. A consideração de seus moradores sobre os usuários da Cidade Universitária oscilam entre um respeito incontestável, que os dota de poder para afirmações e intervenções das mais afirmativas, e a condição de provedor, seja na disponibilização de seus amplos e vazios espaços como ‘área de lazer’ da população, seja como potencial de pagamento a serviços que possam ser prestados. Seja como for, os moradores da Maré afetam-se demasiadamente por esta proximidade, manifestando reverência e retribuição afetuosa quando são beneficiários de alguma forma por professores, alunos e funcionários da UFRJ.

Essas proximidades contrastantes contribuíram para o olhar da maré como massa informe e homogênea numa percepção “assumida pelos meios de comunicação e variados segmentos sociais cariocas, como um espaço globalmente miserável, violento e destituído de condições mínimas de vida.”, nas palavras de Silva (2004:22).

6. Proximidade e afastamento:

Perdida em ti eu ando em volta / É pau, é pedra, é fim de linha, é lama, é fogo, é foda...

Passantes da Linha Vermelha estranham a relação de distanciamento de lugares na Maré com os espaços formais dos bairros vizinhos. Da Praça do Valão (mapa 2), por exemplo, avista-se com nitidez a Linha Vermelha ou edificações situadas na Ilha do Fundão. Tem-se a nítida impressão (verdadeira) que esta Linha Vermelha encontra-se a mais ou menos

Outros afastamentos podem ser evidenciados na observação do mapa 2. À margens da Linha Vermelha, por exemplo, no longo segmento em que o *grade* desta via aproxima-se das áreas da Maré, a incômoda proximidade é afastada pela ocupação de equipamentos públicos de acesso limitado (como o Posto Policial) ou a “Vila Olímpica da Maré”, que nitidamente ‘dá as costas’ para a Linha Vermelha. Em outros trechos da Vila Olímpica, em que o acesso é acentuado pela coincidência de nível, uma grande área desocupada situada entre as quadras e a Linha Vermelha instaura um longo afastamento que desestimula a caminhada, ao mesmo tempo que expõe o ‘aventureiro’ que pretende a travessia.

Onde não há outro recurso, a impossibilidade de transposição é garantida por grades situadas ao longo do ponto de encontro da via com a ocupação. No trecho em que o Parque União divisa esta Linha Vermelha, a situação é mais gritante, podendo ser avistada claramente por quem passa pela via, sendo as casas coladas às grades em grande segmento onde o toque é mais intenso, existindo do ‘lado de lá’ uma via de acesso restrito ao Parque União, por detrás da grade. Ao longo de todas as vias, do lado interno da Maré, correm vias internas paralelas alternativa, tecnicamente para impedir o tráfego local nas vias arteriais (Vermelha e Amarela), mas que também funcionam como importantes barreiras, acentuando o confinamento aos bairros.

A ação desse conjunto de dispositivos, que tecnicamente pretendem proteger a região, resultam no seu encarceramento, distanciamento, contenção, confinamento. A uma só palavra, pretende dar invisibilidade da área para quem a avista do exterior.

7. Cercamento:

Desbanca a outra que abusa / de ser tão maravilhosa...

O cercamento faz parte do imaginário local, neste bairro que experimenta um elevado grau de violência e em que o policiamento e o sistema carcerário comparecem nas conversas cotidianas, sendo o próprio bairro desde sempre ‘encerrado’ para impedir que resvale para a cidade. Este encerramento é forçado por limites ‘naturais’ (Canal do Cunha, canal entre localidades, como por exemplo o Parque União e o Major Rubens Vaz) ou artificiais, como obras-de-engenharia: Linhas Amarela e Vermelha e Avenida Brasil.

Na Linha Vermelha, mas também ao longo da Linha Amarela, também destacada da ocupação por diferença de *grade*, os acessos restringem-se a alguns pontos definidos por ‘estrangulamentos’, pequenas entradas permitem acesso para vias secundárias de uso local,

que seguem em paralelo à esta Linha Amarela e servem estritamente à população moradora das localidades da Maré.

Estranhamente, o cercamento aparece como proposta de moradores do Parque União. No trecho que toca diretamente a Avenida Brasil, como se vê em mapa anexo há uma área remanescente da ocupação de antiga fábrica desativada, que foi ocupada recentemente pela população. A área, denominada “dos sem terra” consiste na última ocupação desta localidade, se estendendo pelas ruas perpendiculares à rua Marechal Trompowski, que bifurca a Avenida Brasil em direção à Ilha do Governador e à Ilha do Fundão. Moradores das imediações da rua Marechal Trmpowski reivindicaram à Associação de Moradores obras para colocação de ‘portais de entrada’, com a instalação de ‘portões’ possibilitando o controle do acesso, incluindo melhorias na aparência do local: gradeamento, pintura, arrumação, conserto do piso etc. Fato curioso é que este é o trecho de maior contato entre a Maré e uma via com margens que interagem com as ocupações lindas, como a Avenida Brasil ou a Marechal Trompowski.. Sobre as razões de tal preocupação, quando tantas outras dificuldades estão presentes, o presidente da Associação de Moradores supõe que seus moradores pretendem dar uma melhor aparência a quem passa na rua e avista o bairro.

Os moradores da Maré, como os moradores das favelas da cidade, sofrem o constrangimento de serem responsabilizados pelos piores locais da cidade, culpabilizados pela própria condição de insalubridade e desconforto. Os quadros ‘pintados’ pelo senso comum é modelizado em torno à imagem baseada em padrões muito inferiores do que a realidade apresenta.

Incompreensivelmente também, a Praça do Valão, na Nova Holanda, é cercada por grade. Sua configuração nasceu de um projeto desenhado por um órgão do Estado competente no assunto. Pelo projeto original, o acesso a esta que é uma das raras áreas dotadas de mobiliário de lazer e recreação, e que possui vários prédios significativos em suas cercanias – como a creche, a casa das rendeiras, a Associação de Moradores e o CEASM - se daria por meio de três portões, devidamente destruídos pelos usuários, que circulam livremente pelos estreitos caminhos (ver mapa anexo).

Há ainda um último cercamento de obrigatória menção: o Parque Municipal Ecológico da Maré, situado na Vila Pinheiro. Como já referido, a Vila do Pinheiro nasceu de um programa governamental incluído do Projeto Rio, que previu uma área de lazer nos moldes dos manuais de urbanismo. Não se entende as razões do gradeamento deste, que consiste em um dos únicos espaços livres e ‘verdes’ disponíveis à população do bairro. Talvez tenha sido incluído para impor disciplina ou controle do uso, evitar uso predatório e violência. Porém,

como também percebeu Berenstein (2002) “o local parece não ser ocupado por ninguém”, que parece corresponder a uma inibição do uso do lugar. Numa população que tem presente a imagem da grade como aprisionamento, talvez esta tenha provocado constrangimento em lugar de disciplina.

8. Conclusões:

Faz ouvir os acordes do choro-canção / Traz as cabrochas e a roda de samba /
Dança o teu funk, rock, forró, pagode, reggae / Teu hip-hop, fala na língua do rap / Fala no pé,
dá uma idéia / Naquela que te sombreia...

Nosso enfoque sobre a realidade da Maré procurou enfatizar as formas encontradas para lidar com a fixação de uma área de baixa renda e perspectiva de permanência de sua população em face de uma realidade espacial de grande transformação dos entornos. Em outras palavras, o enfoque é sobre as estratégias espaciais e arquitetônicas que são coletivamente produzidas, no âmbito do estado, da academia ou no campo disciplinar do ‘urbanismo’, que se desenvolvem ao longo dos anos, em adaptação a novos papéis adquiridos por determinadas áreas que se tornam estratégicas para a cidade.

A Maré nos pareceu um exemplo especialmente fértil para esta observação, tendo em vista que, pela vizinhança com a Universidade Federal, com os bairros de camadas medianas da Ilha do Governador e na presença do Aeroporto Internacional Tom Jobim, que viu sua importância grandemente ampliada pela multiplicação do turismo e do número de viagens, no quadro da globalização. A região foi acometida pelo processo de circulação na gradação de maior nível, tendo vivenciado a implantação de dois dos mais importantes corredores viários da cidade – a Linha Vermelha e a Linha Amarela, que tem seu único cruzamento nestas imediações. Acrescente-se ao quadro o fato desta ‘favela’ ter sido objeto de grandes intervenções governamentais, que visaram melhorias habitacionais e sanitárias pela transferência de antigos moradores de palafitas para residências projetadas por arquitetos/urbanistas.

A idéia defendida no texto é a de que o conjunto destas intervenções – viárias e de melhoria habitacional e urbana – incluíram uma série de dispositivos e formas, nem sempre bem sucedidas em seus fins - capazes de manter a ‘favela’ sob controle, na convivência de uma vizinhança altamente estratégica, formada por automóveis que se deslocam do aeroporto, conduzindo turistas e por vezes ‘pessoas influentes’, sendo no mínimo população com poder de compra muito superior ao dos moradores da Maré. Os formatos adotados, percebidos até

este momento, e explanados no interior do texto são: a tentativa de confinamento, a limitação da área ao crescimento, o isolamento dos eixos viários por meio de afastamento (como no caso da Linha vermelha) ou quando esta era impossível, gradeamento (Linha Vermelha e Linha Amarela), ou vedação do acesso pela situação de quadras com edificações que servem a fins industriais ou governamentais, alguns destes Forças Armadas Avenida Brasil). O acesso direto à estas vias de circulação que conduzem a outros bairros da cidade é restrito a pontos de contato e os bairros que conformam este assentamento quando muito, são visualizados como uma paisagem remota, separada da cena vivida.

Estes mecanismos obedecem à estratégia maior de invisibilizar aquela realidade, dessingularizando os processos diferenciadores positivos, especialmente expressões culturais existentes, tornando-a uma massa amorfa e homogênea, facilmente identificada pela violência e “pobreza” de toda ordem. A primeira necessidade é, então a de ressingularizar a área, estudando e apontando as fortes diferenciações internas que possui, e evidenciando o que há de criativo e positivo no local. É o que este texto, e a própria pesquisa pretendeu fazer.

Esta ordem é imposta e substitui a real melhoria do local e de sua população, com o que não necessitariam ser aperfeiçoados tantos dispositivos estratégicos. Especialmente neste momento de grande agitação, são freqüentes as ações do crime organizado que tentam ‘inverter’ esta ordem e vão para as pistas da Linha Vermelha, tornando visível sua presença para aqueles que não desejam vê-los. Vêm cobrar, da maneira mais contundente, a equivocada presença do poder público e o seu reconhecimento como cidadãos com iguais direitos e oportunidades.

9. Bibliografia:

BENETTI, P. C. Violência e projeto urbano em favelas. Vitruvius, Arqutextos nº 48, maio 2004.

CEASM. Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000. Ano 2003.

DUARTE, C., SILVA, O.L. e BRASILEIRO, A. (orgs) Favela, um bairro: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Pró-Editores, 1996.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, P.B. Cartografias da Maré. In: Varella, D., Bertazzo, I, Jacques, P.B. Maré, vida na favela. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 13-59.

NUNES, M.J. *Espaços da razão e tolerância: o caso da Vila residencial da UFRJ*. Anais do Congresso Brasileiro de Arquitetos. Goiânia, outubro 2006.

SANTOS, C.N. dos e VOGEL, A (coord). Quando a rua vira casa. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto, 1985. 3ª edição.

SILVA, J.S. “Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para a universidade.” Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

SILVA, S.M.S. Espaço favela – o Projeto Rio e a Favela da Maré. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, 1984.

VALLADARES, L. P. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

¹ Grosso modo, correspondem à velha tentativa de proteção pela recriação de ambientes ‘conhecidos e controláveis’, anunciada por Simmel no que se refere ao século XIX, num retorno às relações do tipo *Gemeinschaft*, Segundo o autor, estas formas correspondem a impulsos nostálgicos de busca por uma liberdade muito pouco definida, de recomposição do *Paraíso Perdido*, onde predominam as relações simples e diretas, incluindo a reconciliação com a natureza.

² São eles: *espaços furtivos (stealthy space)* - protegidos por mecanismos de dissimulação e camuflagem, mais comumente escondidos por disfarces, criados pela colocação de mobiliário, dispositivos e vegetação; *espaços escorregadios (slippery space)* os investidos de mecanismos que impedem o alcance, dificultando ou desestimulando sua aproximação, tais como caminhos sinuosos, retorcidos, desviantes, como por exemplo a existência de grande quantidade de vias de acesso, onde a maioria conduz a outros lugares ou se tem a impressão de 'estar dando voltas'; *espaços espinhosos (prickly space)* inibem a permanência pela disposição de faixas de áreas descampadas para facilitar a visibilidade e identificar pessoas, assim como caminhos de trajeto ou pavimentação desconfortável; *espaços nervosos (jittery space)* os que se mantêm sob certa pressão de vigilância (como espaços onde passa periodicamente helicóptero), cabendo aí a idéia de panóptico.

³ Todas as citações poéticas foram retiradas desta mesma canção Subúrbio, de autoria de Chico Buarque.

⁴ Maneira que na formação de quadro pretendido conforme os objetivos da explanação no texto, foi sugerido em intervenção do atual secretário de Urbanismo da cidade, Augusto Ivan, em recente seminário, sendo que os momentos e modos aqui citados não correspondem exatamente aos aludidos na ocasião.

⁵ Algumas ilustrações desse movimento dignos de menção são: o Censo 2000 da Maré, inteiramente conduzido pelo CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, como resposta às suspeitas de deformação dos dados levantados pelo IBGE, por ocasião do Censo 2000.

⁶ Sobre o assunto, três trabalhos são dignos de nota: Silva (1984); Lílian Fessler Vaz; Silva (2003); o site do CEASM contém importantes indicações a este respeito.

⁷ A *Nova Holanda* é a mais antiga, data de 1962 e foi implantada para receber população originada de programas de erradicação de favelas; em fins dos anos 70, o Projeto Rio aterrou toda a área da Maré na fatia à direita da Linha vermelha. Datam desta época, mais precisamente do ano de 1982, a Vila do João e a Vila esperança, conforme mencionado à pág TAL; O Conjunto Pinheiro (Vila Pinheiro, Novo Pinheiro e Conjunto Pinheiro) completou a ocupação da área aterrada, na altura do ano de 1989; mais recentes são os conjuntos Bento Ribeiro Dantas (1992) e Nova Maré (1996), contemporâneos do Programa Favela-Bairro. Ver mapa anexo com as configurações destes conjuntos.

⁸ Nos fins de semana a praça do Parque União abriga o segundo maior Forró da cidade, perdendo apenas para o tradicional, que acontece no Campo de São Cristóvão.